

EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO A PARTIR DO PROGRAMA VALORIZAÇÃO DO MÉRITO

José Ferreira da Silva Junior – UFPI – juniorferreiraufpi@gmail.com

Luís Carlos Sales – UFPI – lwis2006@gmail.com

RESUMO: O texto aborda um tema que vem ganhando, ao longo dos anos, cada vez mais repercussão no cenário educacional brasileiro: as políticas de remuneração meritocrática inseridas no campo educacional. Este cenário tem gerado intensas discussões que se portam de formas divergentes, demonstrando argumentos favoráveis e contrários à sua sistematização. Trata, desta forma, da relação entre a meritocracia, a educação infantil e o processo de alfabetização, analisando as percepções de professores sobre os efeitos de um Programa de valorização meritocrática no processo da prática de alfabetização de crianças, desenvolvido por estes profissionais. Os dados apresentados são parte de uma pesquisa mais ampla que trata sobre os efeitos de um Programa de remuneração meritocrática na atuação dos professores. Para o presente texto, será apresentada a relação da educação infantil com a alfabetização, realizada a caracterização do termo “meritocracia” e situado o Programa Valorização do Mérito no contexto da educação infantil de Teresina – PI. Os dados coletados são oriundos de um Questionário aplicado a 60 Professores da educação infantil, lotados no segundo período, que teve as respostas tabuladas e cruzadas usando o programa de computador *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), e de uma Entrevista realizada com 30 participantes que teve as respostas submetidas à análise de conteúdo de Bardin (1977). Portanto, optou-se por realizar uma pesquisa aplicada, de levantamento de campo de natureza quali-quantitativa. Os resultados das análises demonstraram a complexidade da temática, representada pelas discussões apresentadas, que o Programa meritocrático abordado contribui para a melhoria do processo de alfabetização desenvolvido pelos participantes da pesquisa, bem como de seus colegas Professores, e que a avaliação do mesmo é composta por aprovações, mas também críticas, o que sugere a necessidade de sua avaliação.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Alfabetização. Meritocracia

INTRODUÇÃO

A educação infantil no Brasil é resultado de uma congruência de fatores diversos que interagem em uma dinâmica de relações históricas, sociais e políticas. O reflexo destas interações culmina com o cenário atual que repercute na implantação de políticas que se preocupam com questões específicas relacionadas a esta etapa de ensino.

Em se tratando especificamente da cidade de Teresina no que tange à educação infantil, pode-se destacar a implantação do Programa Valorização do Mérito (2014) com a finalidade de avaliar as habilidades de leitura e escrita de crianças do segundo período, incluídas na organização da estrutura de oferta do município de Teresina.

Este tipo de remuneração, intitulada de meritocrática ou remuneração variável, vem se constituindo em diversos sistemas de ensino brasileiros e se ancorando na ideia de que os indivíduos precisam ser recompensados, conforme o mérito de cada um, seguindo critérios de competência, produtividade etc. Para este modelo, as posições de destaque em uma determinada empresa devem seguir critérios objetivos que valorizem a atuação individual e não considerar questões hereditárias e subjetivas.

Pensando na relevância da discussão das políticas de remuneração meritocrática inseridas na educação, este trabalho objetiva analisar os efeitos do Programa Valorização do Mérito implantado em 2014 em Teresina – PI no processo de alfabetização desenvolvido por professores do segundo período da educação infantil.

Inicialmente, serão realizadas algumas considerações sobre o papel da alfabetização na educação infantil, em seguida serão apresentadas aproximações do termo meritocracia, depois indicado percurso metodológico e, por fim, destacadas as considerações finais.

Relação da educação infantil com a alfabetização

Este tópico tem o objetivo de discutir brevemente acerca da complexidade que envolve o papel da alfabetização na educação infantil. Na prática, observa-se que há uma defesa em torno de que as crianças sejam alfabetizadas já na educação infantil e, em lado oposto, de que o trabalho desenvolvido não exija isso dos estudantes. A LDB (1996),

sobre a educação infantil, esclarece que esta tem como finalidade “[...] o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Art. 29) e que “[...] a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental [...]” (Art. 31). O texto descrito não aborda diretamente a temática da alfabetização, o que gera discussões contraditórias em relação à forma de se lidar com ela no trabalho com os conteúdos escolares na educação infantil.

Neste contexto, ressalta-se o aspecto relacionado às linguagens como um eixo a ser trabalhado na educação infantil “[...] dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento” (BRASIL, 1998, p. 117). Neste sentido, a criança, já desde cedo, lida com as linguagens, interagindo com os sujeitos em sua volta. Diante disso,

Para aprender a ler e a escrever, a criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem. Isso significa que a alfabetização não é o desenvolvimento de capacidades relacionadas à percepção, memorização e treino de um conjunto de habilidades sensório-motoras. É, antes, um processo no qual as crianças precisam resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de que forma a escrita alfabética em português representa a linguagem, e assim poderem escrever e ler por si mesmas. Esse fato aponta para a importância do contato com a escrita nas instituições de Educação Infantil. (BRASIL, 1998, p. 123).

Para estas Diretrizes, o contato com a escrita é imprescindível para que as crianças cheguem a uma compreensão maior e possam escrever e ler por conta própria à posteriori. Vale destacar que a alfabetização, conforme esclarece Soares (1998), trata-se de um processo em que determinadas habilidades são aprendidas para se chegar à condição de ler e escrever, enquanto que a condição de incorporação pelo sujeito das práticas sociais de leitura e escrita é chamada de letramento. Ou seja, não são termos sinônimos, mas que ocorrem de forma conjunta.

Contribuindo com esta discussão, Kramer e Abramovay (1986, p. 171) admitem que “[...] a alfabetização na pré-escola extrapola o saber as vogais, o escrever o nome, ou o contar de zero a dez, da mesma forma que vai além da mera formação de hábitos e da abstrata proposta de desenvolvimento globalmente da criança”. Para os autores, o contato com livros, escrita e sons é necessário para aprender a ler e a escrever.

Neste sentido, para Kramer e Abramovay (1986, p. 35), há uma relação entre letramento, alfabetização e a educação infantil, devendo desenvolver “[...] um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia, através de atividades que têm um significado concreto, para a vida das crianças e que, simultaneamente, assumem a aquisição de novos conhecimentos”. Diante deste debate, Stemmer (2007, p. 136) afirma que

[...] comumente a aprendizagem da leitura e da escrita não tem sido sequer considerado na educação infantil, o que existe é um total desconhecimento do assunto. O resultado mais imediato é que os professores diante do evidente interesse demonstrado pelas crianças em querer aprender a ler e escrever ficam sem saber o que fazer, e em muitos casos, acabam por produzir práticas de ensino que eles próprios estiveram submetidos em suas experiências escolares, sem, no entanto, terem conhecimento necessário para compreender as razões do que fazem e sem subsídios teóricos algum para alicerçar suas práticas.

Para o autor, não se deve negar às crianças um conhecimento que possui milhares de anos, não se tratando de uma antecipação, mas de possibilidade de aproveitar um momento em que a criança está disposta a aprender. (STEMMER, 2007).

Passando para um outro campo de ideias, em oposição às anteriores, situam-se estudiosos que temem que o processo de alfabetização na educação infantil gere um fracasso que possa ser sentido no primeiro ano do ensino fundamental. Assim, Faria (2005), defende que a educação infantil não deve ser utilizada como preparação para o ensino fundamental, destacando os eixos cuidar e educar no contexto escolar.

Apesar de estudos sobre a relação entre a linguagem e a educação infantil, a alfabetização nesta etapa de ensino é algo que gera muitas discussões e polêmicas. De maneira geral, buscando aprofundar os questionamentos em torno da discussão, seguem algumas indagações. Como os professores estão lidando em sua atuação com a questão

da alfabetização, do letramento e da linguagem na educação infantil? Como esta atuação se relaciona com os estudos e com as diretrizes em torno desta temática? De que forma o trabalho desenvolvido vem contribuindo para a educação das crianças? Certamente, estes conflitos não serão explorados a fundo neste estudo e nem se trata do seu objetivo. A intenção, diante disso, é de suscitar as discussões para abrir ainda mais este campo fértil de ideias sem contrapor determinada concepção, contrária ou a favor.

Caracterização do termo “meritocracia”

Antes de se falar especificamente do termo meritocracia, cabe explicar o sentido da palavra mérito. Ela é originária do latim *meritum* e se relaciona com ganho, lucro e também pena e castigo. Possuir mérito, seria então equivalente a ser merecedor, ser digno de receber recompensa, premiação, elogio, apreço e estima. (WALZER, 2003).

Este conceito, entretanto, com o passar dos anos, vem ganhando um sentido diferenciado, referindo-se também a talento, inteligência, esforço, criatividade, configurando-se como possibilidade de libertação, uma oposição ao nepotismo, justificado como uma forma de legitimação da sociedade democrática (VALLE; RUSCHEL, 2010). Assim, um determinado indivíduo que desenvolva uma atividade com qualidades destacáveis reconhecidamente, com capacidade, inteligência ou outros atributos, faria jus ao recebimento do mérito.

Assim, a meritocracia tem origem na ideia de conquista de privilégios oriundos pelo mérito, enquanto os indivíduos mais qualificados assumem a condição de destaque. O argumento, então, centra-se, sobretudo, na ideia de justiça por este sistema não fazer referência a fatores biológicos, culturais, pessoais etc, mas da competência e destaque de cada um.

Há uma complexidade em torno da palavra meritocracia, ela é pouco falada cotidianamente, além disso nem está no dicionário mais famoso da nossa língua, o Aurélio. Mas não é somente na questão relacionada ao vocabulário, sua complexidade também permanece no campo conceitual, situação em que ela aparece dissolvida em temas como desempenho, justiça social, neoliberalismo, competência, produtividade,

dentre outros. Do ponto de vista histórico, não existe preocupação da sociedade e nem trabalhos e pesquisas sobre o tema. (BARBOSA, 2001).

No nível ideológico, Barbosa (2003, p. 22) conceitua a meritocracia “[...] como um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um”. Esta definição se relaciona à ideia da meritocracia estar voltada às capacidades individuais. A autora destaca que a ideologia meritocrática se baseia em uma gama de valores que rejeita qualquer privilégio de cunho hereditário e considera o indivíduo independente de sua história de vida.

Já Helal (2008) critica a ideologia meritocrática ao considerar que os seus preceitos defendem a avaliação de desempenho como a forma principal para o julgamento de capacidades, desconsiderando fatores que podem deixar os indivíduos em posição de desigualdade. Nesta crítica, portanto, as condições sociais devem ser consideradas no julgamento das avaliações de desempenho.

Neste sentido, Barbosa (2001) admite que no Brasil existem sistemas meritocráticos estabelecidos de maneira formal, frutos da igualdade como direito, e a ausência de uma ideologia meritocrática na vida em sociedade. A autora afirma, ainda, que se torna difícil avaliar o desempenho decorrentes das desigualdades iniciais de posição social, restando apenas justificar os mais variados desempenhos conforme o contexto social, considerado cada indivíduo como sobrevivente, diante de condições sociais que lhe são impostas.

Buscando compreender um pouco da variação das formas como se dão as políticas de valorização meritocrática, André (2015, p. 225) explica que

Para entender melhor essa questão, recorreremos ao relatório da OCDE (ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2006), que discute três modelos de sistemas de recompensa baseados no desempenho. Um deles é a “remuneração por mérito”, que consiste em oferecer maior remuneração a professores com base no desempenho dos estudantes ou no resultado de testes padronizados, e pela observação de aula. O segundo modelo é o da compensação “baseada em conhecimentos e habilidades”, que envolve geralmente maior remuneração se forem demonstrados conhecimentos e habilidades que possam melhorar o desempenho dos estudantes. O terceiro é a “compensação baseada na escola”, que significa compensações financeiras relacionadas ao desempenho dos estudantes em relação a uma série ou à escola como um todo.

Esta descrição do autor é de suma importância para se perceber que os Programas de valorização meritocrática apresentam variações na forma como são implementados e como se dão efetivamente na prática. Isto implica dizer que cada Programa, em síntese, precisa ser avaliado de forma específica para que a sua realidade seja compreendida de maneira particular. Isto, é claro, não exclui as possibilidades de Programas diferentes apresentarem características comuns, tanto em se falando de critérios, como de sujeitos, dentre outras.

O Programa Valorização do Mérito na educação infantil de Teresina

O Programa Valorização do Mérito da Educação Infantil, no âmbito da rede pública municipal de ensino de Teresina, foi instituído em 22 de dezembro de 2014 por meio da Lei nº. 4.668 pelo então prefeito da cidade, Firmino da Silveira Soares Filho. A sua finalidade consiste, conforme Art. 2º, em

[...] reconhecer e valorizar o trabalho escolar coletivo, considerando as habilidades desenvolvidas pelos alunos de 2º Período da Educação Infantil, no que diz respeito à leitura e à escrita. Desta forma, por meio de avaliação externa, será aplicado teste escrito aos estudantes do segundo período da educação infantil que avaliará descritores de leitura e escrita (TERESINA, 2014).

No final de cada ano letivo, os alunos do 2º. período são submetidos a uma prova que tem como objetivo avaliar as habilidades de Língua Portuguesa (leitura e escrita) da criança. Essas avaliações são realizadas a partir da parceria entre Rede Municipal de Ensino de Teresina com o Centro de Políticas e Avaliação da Educação - CAEd da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais. No primeiro dia, os alunos fazem uma prova referente às habilidades de leitura e, no 2º dia, uma prova referente à escrita para a classificação dessas habilidades.

Itinerário metodológico

Do ponto de vista da natureza, esta pesquisa é do tipo “aplicada”, pois objetiva produzir conhecimentos para resolução de problemas de uma determinada realidade específica. Assim, a pesquisa aplicada volta-se para interesses locais, tendo em vista contribuir para a geração de conhecimento, visando a resolução de problemas específicos (PRODANOV, 2003).

Outrossim, com base nos procedimentos técnicos adotados, trata-se de uma pesquisa do tipo “levantamento de campo”. Para este entendimento, foi considerado o fato do pesquisador não ter observado diretamente a prática dos participantes em sala de aula, conforme explicitado anteriormente, o que não se configura em “pesquisa de campo” (GIL, 2008).

Em decorrência disso, optou-se pela abordagem de natureza qualiquantitativa, por ser, indubitavelmente, a que melhor poderia compreender o fenômeno estudado, bem como o objeto de estudo.

Para o processamento dos dados, foram utilizados a entrevista, desenvolvida com 22 Professores, e questionário, aplicado com 60 participantes. Já para análise dos dados de conteúdo de Bardin (1977) e software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para sua análise. Além disso, definiu como participantes os professores do segundo período da educação infantil da SEMEC em função deles estarem diretamente envolvidos na preparação para a realização da prova pelas crianças, conforme regulamentação do Programa Valorização do Mérito.

Esta pesquisa buscou coletar dados diretamente no Centro de Formação Professor Odilon Nunes da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC por motivo do mesmo concentrar, em determinados períodos programados, todos os professores da educação infantil em atividades de formação continuada. Considera-se, pois, o referido local como parte da vivência prática profissional dos professores, já que se trata do desenvolvimento de atividades formais e obrigatórias, da produção de conhecimento para melhoria dos processos educativos, além de ser um local em que há trocas de experiências entre

diversos professores, culminando em saberes e informações que integram o contexto pedagógico.

Análises dos resultados da pesquisa

Na primeira questão selecionada para análise neste texto (“O Programa Valorização do Mérito contribui para que seus colegas professores melhorem a alfabetização dos estudantes?”) teve o objetivo de indagar os participantes sobre a influência do Programa Valorização do Mérito no tocante à alfabetização, não os colocando como participantes diretamente envolvidos na pergunta, conforme já justificado na metodologia deste trabalho.

Tabela 1 - Contribuição do Programa para que os colegas melhorem o processo de alfabetização dos estudantes

Categorias	%
Sim	85
Não	15

Fonte: Dados da Pesquisa.

Um percentual expressivo é apresentado pela Tabela 1, apontando que 85% dos participantes indicaram que o Programa Valorização do Mérito contribui para a alfabetização dos estudantes, enquanto que apenas 15% rejeitaram esta afirmação sobre o referido Programa

Considerando que um dos objetivos do Programa Valorização do Mérito é desenvolver os eixos relacionados à escrita e leitura, nota-se, pelas respostas dos participantes, que o referido Programa vem alcançando este objetivo se for considerada a validade das respostas dos participantes.

Na segunda questão selecionada para fazer parte deste texto, foi perguntado aos participantes: “E para você, o Programa Valorização do Mérito contribui para melhorar a alfabetização dos seus estudantes? ”.

Tabela 2 - Contribuição do Programa para a sua melhoria no processo de alfabetização dos estudantes

Categorias	%
Sim	68,3
Não	31,7

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise dos dados disponibilizados na Tabela 2 segue uma tendência apresentada nas respostas da questão anterior, quando a alfabetização foi direcionada a um contexto mais distante do próprio sujeito. Aqui, também uma expressiva maioria é apontada na resposta “Sim” (68,3%), embora com percentual menor que naquela outra situação. Divergindo deste percentual, 31,7% responderam “Não”, isto é, admitem que a alfabetização de seus estudantes não melhorou com o Programa Valorização do Mérito.

Os dados apresentados nas Questões anteriores, conforme expostos, destacam a relação da alfabetização com o Programa Valorização do Mérito. Cabe, neste sentido, destacar que é uma tendência natural a categoria “Sim” ter tido um percentual maior na questão projetiva, já que não sentem tanto a responsabilidade de assumir um posicionamento, uma vez que a questão se refere a percepção que os professores têm de seus colegas professores e não de si próprios.

Tratam-se de resultados reveladores, considerando a relação com a evolução nos índices de leitura e escrita disponibilizados pelo Programa Valorização do Mérito relativos ao desempenho dos estudantes ao longo dos anos de 2014 a 2017. Desta forma, o que os professores dizem sobre a contribuição do Programa para a alfabetização dos estudantes também é corroborado nas estatísticas disponibilizadas pelo Sistema de Avaliação Educacional de Teresina - SAETHE. Considerando, pois, as respostas dos

participantes neste contexto, nota-se uma indicação de que o referido Programa tem um impacto positivo na alfabetização dos estudantes.

Já com base em uma pergunta da entrevista, que indagou os participantes sobre a avaliação que fazem das políticas de remuneração meritocrática, as expressões advindas no interior dos conteúdos presentes nas falas dos participantes revelam propriedades divergentes entre si, pelos sentidos diversos que são ancorados. Tendo em vista este discernimento, foram destacados dois campos de sentido: o primeiro, voltado a mensagens que aprovam o Programa Valorização do Mérito sem apresentar críticas ou sugestões, já o segundo, composto por conteúdos que apresentam manifestação com alguma negatividade em torno do Programa.

Partindo para uma análise em torno dos questionamentos levantados pelos participantes, poder-se-ia sugerir que o Programa Valorização do Mérito precisaria ser avaliado formalmente, tendo como base também a participação dos próprios professores neste processo para que haja uma evolução da sua metodologia, bem como maior satisfação do público docente.

Sobre as críticas, pode-se, ainda, considerar a afirmação de Pontes (2011) que destaca que, quando se coloca em questão a remuneração variável, os objetivos necessitam de transparência e acessibilidade às pessoas envolvidas, havendo uma adaptação à cultura da organização e às suas necessidades. Neste contexto, as críticas feitas pelos participantes devem estar inseridas de maneira formalizada em um processo de avaliação, em uma interlocução deles com os demais envolvidos no desenvolvimento do Programa Valorização do Mérito.

Considerações finais

O presente texto demonstrou, com base em uma fundamentação teórica e prática, a complexidade existente em torno das políticas de remuneração meritocrática inseridas no campo educacional. Isto é demonstrado por meio de estudiosos, em como os profissionais que fazem parte deste processo.

No que tange à meritocracia, esta pesquisa concluiu que o termo apresenta um conceito cercado por complexidades, não só do ponto de vista dicionarizado, mas também

conceitual. Ela vem sendo empregada para se relacionar a situações de desempenho, justiça social, competência, produtividade, dentre outros. Do ponto de vista ideológico, ela se configura como um conjunto de valores que se apresenta para rejeitar privilégios hereditários e situar a posição dos indivíduos conforme suas capacidades individuais.

O Programa Valorização do Mérito demonstrou, com base em duas perguntas do Questionário que há uma tendência para que o processo de alfabetização desenvolvido pelos Professores seja intensificado, melhorando a alfabetização das crianças. Cabe destacar as considerações complexas que existem em torno da relação da alfabetização com a educação infantil.

No que se refere à pergunta da entrevista que foi selecionada para compor este texto, torna-se notória a diversidade de opiniões em torno das políticas de remuneração meritocrática, existindo argumentos favoráveis e outros que destacam algumas críticas, o que sugere para a necessidade de avaliação do Programa Valorização do Mérito.

Esta pesquisa, diante deste contexto, reafirma a meritocracia enquanto conceito complexo e cercado de contradições. Torna-se importante, diante desta situação, analisar cada programa de incentivo meritocrático, suas particularidades, os envolvidos, os critérios, as condições presentes e outras externas, pois cada um se constitui especificamente em um contexto que interagem as múltiplas influências sociais, pedagógicas e políticas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Políticas de valorização do trabalho docente no Brasil: algumas questões. **Ensaio: aval pol públ Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 213-230, 2015.

BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. **Presidência da República**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

CAEd. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. **Padrões de desempenho**. 2014. Juiz de Fora, MG: CAEd, 2014. Disponível em: <http://www.saethe.caedufjf.net/matriz-dereferencia>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CAEd. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. **Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016**. Juiz de Fora, MG: CAEd, 2016. Disponível em: <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira (Org.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 5. ed. Campina, SP: Autores Associados, 2005. p- 67-99.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HELAL, Diogo Henrique. **A Dinâmica da Estratificação Social no Setor Público Brasileiro: meritocracia ou reprodução social**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Doutorado em Ciências Humanas Sociologia e Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

KRAMER, Sonia; ABRAMOVAY, Miriam. Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade. In: KRAMER, Sonia (Org.). **Alfabetização: dilemas da prática**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986. p. 175 – 77.

MUNDSTOCK, Elsa *et al.* **Introdução à análise estatística utilizando o SPSS 13.0**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Matemática, 2006. Série B: Trabalho de Apoio Didático.

PONTES, Benedito Rodrigues. **Administração de cargos e salários: carreiras e remuneração**. 15. ed. São Paulo: LTr, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

STEMMER. **A Educação Infantil e a alfabetização**. In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Maria (Orgs.). Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil? Em defesa do ato de ensinar. São Paulo: Alí, 2007.

VALLE, Ione Ribeiro; RUSCHEL, Elizete. Política educacional brasileira e catarinense (1934-1996): uma inspiração meritocrática. **Rev Elect Invest Docencia**, Espanha, n. 3, p. 73-92, 2010.